

PONTO AVALIADO	FUNDAMENTO	RESPOSTA	PONTOS	%	PONTOS AVALIAÇÃO	NOTA AVALIAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DO ENTE PÚBLICO						
Tipo de avaliação						
UF do avaliado						
Nome do Município						
IBGE do Município						
Site do ente avaliado						
Link para realização de pedidos de forma eletrônica (e-SIC, Formulário eletrônico), se existir						
IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR						
Nome Avaliador						
E-mail avaliador						
Data avaliação						
TRANSPARÊNCIA ATIVA						
1 - O Site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que efetivamente permite o acesso à informação de interesse coletivo ou geral?	(Art. 8º, §3º, I, da Lei 12.527/11. Para os municípios com menos de 10.000 habitantes esse item é considerado como uma boa prática de transparência.)		2			
2 – O Site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV, RTF), de modo a facilitar a análise das informações?	(Art. 8º, §3º, II, da Lei 12.527/11. Para os municípios com menos de 10.000 habitantes esse item é considerado como uma boa prática de transparência.)		3			
3 - Há publicação de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros?	(Artigo 8º, § 1º, inciso II, da Lei nº 12.527/2011)		2			
4 - São adotadas medidas para prover a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência visual ou	(Art. 8º, § 3º, VIII, da Lei 12.527/11 e art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da		2			

auditiva (a exemplo de critérios avaliados pelo Programa AccessMonitor - www.acessibilidade.gov.pt) ?	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008.					
DESPESA						
5 - As despesas apresentam dados dos últimos 6 meses contendo:						
Valor do empenho			2			
Valor da liquidação			2			
Valor do pagamento			2			
Natureza da despesa			2			
Beneficiário			3			
Nº do edital/dispensa/inexigibilidade			1			
Bem fornecido/Serviço prestado			3			
LICITAÇÕES E CONTRATOS						
6 – O site divulga as seguintes informações concernentes a procedimentos licitatórios (inclusive dispensas e inexigibilidades) com dados dos últimos 6 meses?						
Modalidade			1			
Data			1			
Valor			1			
Número/ano do edital/dispensa/inexigibilidade			1			
Objeto			1			
Resultado da licitação (vencedor é suficiente)			1			
Íntegra dos editais de licitação			3			
7 – O site divulga as seguintes informações concernentes a contratos com dados dos últimos 6 meses?						
Número do Contrato celebrado	(Art. 8º, §1º Inc. IV, da Lei 12.527/2011)		1			

Valor do contrato			1			
Objeto			1			
Identificação do contratado			1			
Vigência do contrato			1			
Contrato na íntegra			3			
RELATÓRIOS						
8 – O site apresenta:						
Resultados de inspeções, auditorias e prestações de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo			2			
Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 4 meses			2			
Relatório estatístico anual contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes			3			
Rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses	(Art. 30, I, da Lei 12.527/2011)		1			
Rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura	(Art. 30, II, da Lei 12.527/2011)		1			
TRANSPARÊNCIA PASSIVA/LAI						
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC						
9 - Possibilidade de entrega de um pedido de acesso de forma presencial						
Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) físico?			1			
Há indicação do órgão			1			
Há indicação de endereço			1			

Há indicação de telefone			1			
Há indicação dos horários de funcionamento			1			
10 - Há informações sobre a realização de audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de participação popular?	(Art. 9º, inciso II)		2			
SERVIÇO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO e-SIC						
11 - Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	(Art.10º, §2º, da Lei 12.527/11)		4			
12 - Apresenta possibilidade de acompanhamento posterior da solicitação?	(Art. 9º, I, alínea "b" e Art. 10º, § 2º da Lei 12.527/2011)		1			
13 - A solicitação por meio do e-SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade?	(Art.10º, §1º, da Lei 12.527/11)		1			
DIVULGAÇÃO DA ESTRUTURA E FORMA DE CONTATO						
14 - No site está disponível: Para os municípios com menos de 10.000 habitantes esse item é considerado como uma boa prática de transparéncia.)	(Art. 8º, §1º, inciso I, Lei 12.527/11. Para os municípios com menos de 10.000 habitantes esse item é considerado como uma boa prática de transparéncia.)					
o registro das competências e responsabilidades do órgão e de suas			1			

unidades?					
a estrutura organizacional do órgão, demonstrada de forma textual ou gráfica, que apresente claramente a relação hierárquica entre as suas unidades?			1		
15 - O Portal disponibiliza horários de atendimento ao público bem como endereços e telefones:	(Art. 8º, §1º, inciso I, Lei 12.527/11. Para os municípios com menos de 10.000 habitantes esse item é considerado como uma boa prática de transparência.)				
Gerais das unidades			1		
De autoridades, subunidades e seus responsáveis			2		
BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA					
16 - Há divulgação de lista de remuneração individualizada, por nome, de todos os agentes públicos do órgão, incluindo a respectiva lotação, cargo e função, sem exigência de identificação do solicitante?	Esse item é considerado como uma boa prática de transparência a exemplo do Art. 7º, §3º, VI, do Decreto 7.724/2012 e Decisão STF RE com Agravo ARE 652777, Manual de Transparência do Legislativo, indicador 2.1.1		3		
17 - Há divulgação de Diárias e passagens constando:	Esse item é considerado como uma boa prática de transparência. http://transparencia.gov.br , http://www.transparencia.mpf.mp.br/				
Nome e cargo do favorecido, data e destino da viagem			1		

Valores das diárias e passagens			2			
Motivo da viagem			2			
BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA TRIBUNAIS DE CONTAS						
18 – O TC disponibiliza dados encaminhados pelos respectivos entes fiscalizados (União, Estados ou Municípios) referentes à despesa e à receita, em formato aberto e estruturado?	PARA O TCU: LEI 9.755/1998 e IN TCU 28/1999 PARA OS DEMAIS ENTES: BOA PRÁTICA		4			
19 – No que diz respeito às sessões de julgamento, o TC: divulga as pautas de julgamento do Pleno e Câmaras	ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO ATRICON 06/2014, Diretriz 17		1			
transmite ao vivo as sessões pela internet e/ou outros meios de comunicação			1			
disponibiliza os arquivos das sessões em vídeo			1			
20 – No que diz respeito aos processos de controle externo já julgados, o TC divulga: ementa e acórdão	ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO ATRICON 06/2014, Diretrizes 18, 19 e 20		2			
voto condutor da decisão			2			
parecer ministerial			1			
relatório técnico			1			
elementos de defesa			1			
21 - O TC utiliza das redes sociais, no que for possível, para ampliar a	ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO ATRICON 06/2014, Diretriz 26		1			

divulgação das ações, produtos e decisões de controle externo?						
22 - O TC divulga:	BOAS PRÁTICAS					
Seus próprios atos normativos			1			
As súmulas e pareceres que edita			1			
Informações técnicas de cunho orientativo			1			
23 - O TC divulga relação dos responsáveis cujas Contas foram julgadas irregulares ou receberam parecer prévio desfavorável deste Tribunal?	BOAS PRÁTICAS		4			
24 - O site do TC disponibiliza serviço que permita o registro e o acompanhamento de denúncias e reclamações, bem como a avaliação desse serviço?	BOAS PRÁTICAS		3			
CONSIDERAÇÕES DO AVALIADOR Comentários Livres						
TOTAL			100			